

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E SOCIAL DAS ESCOLAS EM LONDRINA: CONTRADIÇÕES E DESIGUALDADES SOCIAIS¹

Taynara Freitas Batista de Souza²

Resumo

Este artigo busca fazer uma discussão acerca da segregação escolar em Londrina. Entendendo que a delimitação espacial das cidades se dá sob contradições inerentes a sociedade capitalista, isso nos instiga a compreender quais as conseqüências, para a Educação, da divisão social espacial. Procuo mostrar as diversas localidades que se encontram algumas escolas em Londrina e as diferenças que há entre elas. Para o ensino de sociologia, há nessa questão um desafio, como a sociologia está inserida nos currículos diante dessas diferenças espaciais e se há uma problematização, através dos conteúdos de sociologia sobre o homem e o espaço social.

Palavras-chave: Urbanização. Escola. Ensino. Sociologia.

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir os lugares ocupados, no centro e na periferia, pelos colégios estaduais de Londrina. Devido a realização do estágio obrigatório realizado no colégio Champagnat, em 2011, observa-se que os dois livros didáticos de Sociologia mais utilizados não tratam da questão urbana. Mesmo assim, o fato da Sociologia não discutir fez com que nós nos debruçássemos sobre as contradições espaciais e a oferta de escolas em Londrina. Além disso, a realização de pesquisas sobre a questão urbana durante minha graduação fez com que acumulasse leituras e reflexões que impulsionaram a escolher esse objeto, a distribuição das escolas no espaço de Londrina.

¹ Artigo de conclusão de curso para habilitação de Licenciatura em Ciências Sociais.

² Graduanda de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. taynara40@msn.com

A partir disto entendemos que há escolas de periferia e escolas centrais na cidade de Londrina, porém essa delimitação não é legal, mas sim teórica a fim de estabelecer relações entre esses espaços. Fazemos essa separação devido a nossa orientação marxista que busca entender os processos sociais a partir do Materialismo Histórico Dialético que entende a formação da sociedade capitalista através do antagonismo de classe, de um lado a classe dominante e de outro o trabalhador assalariado, o proletariado. Além desse antagonismo, especificamos a questão da transformação da terra em mercadoria.

Outro elemento essencial para nos orientar na discussão é o das relações raciais no Brasil. O racismo que ocorre em nosso país se dá de forma velada³, diante disso, nos mostra que nunca houve uma democracia racial no Brasil. Essa idéia mítica ocorreu devido a mistura de raças que há por aqui e da ideologia de que devido a isso o negro não sofre preconceito. Manoel Bonfim (1996) nos revela em seu texto que a população negra no Brasil nunca foi inserida plenamente na sociedade a fim de garantir direitos básicos de sobrevivência. O que vemos desde a abolição da escravidão foi, a todo o momento, por parte do Estado e da classe dominante branca a realização de um projeto de embranquecimento no Brasil. Por isso, foi negada a população negra a garantia de vários direitos básicos para que se tornassem cidadãos. Do projeto de higienização da cidade advém a marginalização do negro que empurrado para as favelas, impediu o acesso a universidade e também destinando a eles os piores postos de trabalho. A questão racial aqui aborda não nos guiou na coleta de dados para a problematização do objeto, porém é uma reflexão teórica fundamental diante da complexidade do tema e que se evidencia na formação social brasileira.

Alguns elementos podem ser levantados sobre esse tema. Por exemplo, que o surgimento da cidade tem como objetivo viabilizar o acesso a determinados bens necessários a sobrevivência, saúde, trabalho, lazer e educação. Porém, há diferenças no acesso a esses bens, dependendo da região dentro da cidade. Ou seja, o urbano se constrói em contradições que se camuflam em uma idéia de que “a cidade é para todos”.

³ No sentido de que o racismo no Brasil tem sido cada vez mais negado, porém isto ocorre de forma a esconder as evidências concretas e para não mostrar que há sim racismo.

Com o aumento populacional das cidades, houve a necessidade da construção de mais escolas para atender a demanda. Nessa lógica, percebe-se que assim como as cidades se dividiram entre centro e periferia, as escolas nas cidades também ocuparam esses dois espaços. O que fica em aberto é se a diferença de aprendizagem e se há nessa separação desigualdades entre as escolas. É recorrente se dizer que as escolas de periferia são mais difíceis de trabalhar, pois os alunos são mais “indisciplinados”.

O capitalismo, ao criar novas condições de acumulação do capital como: dividir o espaço urbano, concentrar serviços, barateia os custos de produção e circulação, incluindo o valor da força de trabalho, assim ocasionando uma nova relação de troca entre centro e periferia fortalecendo o surgimento de espaços segregados na cidade. Portanto, a população de baixa renda vai se agrupando em favelas, terrenos clandestinos ou nas ruas.

Frente a esses elementos buscaremos na história de Londrina as origens da cidade e o estabelecimento das escolas até os dias atuais. Faremos uma discussão teórica abordando conceitos que nos orientará no debate e na exposição. Será necessária a consulta de material disponível em monografias, artigos científicos, teses, dissertações e sítios da internet.

Por isso, desenvolveremos em três partes essa discussão. A primeira parte aborda as escolas do centro e da periferia de Londrina e suas diferenças. Na segunda parte relacionamos o espaço escolar com o ensino de Sociologia indicando qual papel desta diante das questões do ensino de Sociologia e enquanto objeto de estudo da questão espacial. A terceira seção se voltará para a questão da urbanização em Londrina. Para isso definimos o conceito de cidade e território da qual estamos utilizando, mostraremos a segregação urbana e racial definindo com teorias e como ocorre em Londrina e questionaremos o papel do Estado nesse processo.

A cidade de Londrina

A cidade de Londrina aparece no cenário brasileiro como a terra prometida. Segundo, Sonia Adum (1991) a história de Londrina se faz em meio a uma política

hegemônica sobre o território, do Norte do Paraná e da ideologia do progresso que naquela época, principalmente com a cultura do café, acreditava-se que aqui era a terra do dinheiro.

Por fim, o famoso Norte do Paraná é a NOVA TERRA PROMETIDA, a nova Canaã, onde todo mundo espera fazer fortuna rápida e facilmente... É a terra onde, é verdade se pisa sobre dinheiro... É um presente do Céu às pessoas de boa vontade. É uma chama do inferno para aqueles que só visam a exploração indébita, anti-humana, anti-nacional, tornando a vida impossível lá onde ela deveria ser a mais fácil em todo território nacional. (ADUM, 1991, p.51).

A cidade de Londrina possui 509. 701 mil habitantes segundos dados do IBGE de 2010. Sua população ocupa um território de 1653.263 quilômetros quadrados. A sua distribuição espacial se divide com uma região central, a zona norte, zona sul, zona oeste e zona leste. Podemos dizer que cada uma dessas regiões possui um bairro de referência para a expansão populacional nessas regiões. Na zona norte o Cinco Conjunto, na zona sul o União da Vitória, na zona oeste o Jardim João Turquino e na zona leste a região do Aeroporto.

Falar da história de Londrina, desde as ações da Companhia Terra Norte do Paraná (CTNP) até as primeiras ocupações em bairros periféricos é contar o surgimento dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-LD. Essa instituição teve um importante papel: o de escolher os espaços que a maioria da população iria habitar. Seria inviável que todos morassem no centro da cidade, pois o limite territorial seria insuficiente. Porém a alta valorização da região central “obrigou” boa parte da população a se instalar “onde dava”. O que questiona é a forma como foram construídos esses conjuntos habitacionais pela COHAB-LD.

Londrina cresceu acompanhando sempre o traçado da Avenida Paraná, centro comercial e, mais tarde, financeiro da cidade bem como a estrada de ferro. No entanto, começam a surgir vilas, sendo a primeira delas Vila Agari, depois Vila Casoni, Vila Conceição, etc., todas ao norte da então malha urbana.

Região de menor valorização imobiliária, enquanto nas áreas mais centrais havia uma diferenciação do preço o que resultava em muitos terrenos vazios. Temos então, na década de 1930 os primeiros sinais de segregação sócio-espacial em Londrina. (MARTINS, 2007, p. 57/58).

Nessa época, ainda segundo Martins (2007), houve um zoneamento urbano estabelecido pela CTNP, valorizando o centro comercial e empurrando a população para a zona norte da cidade. Ao mesmo tempo impulsionada pela lógica imobiliária. Com um rápido crescimento populacional e o descaso do Estado para ordenar esse desenvolvimento o que se obteve foram o surgimento das primeiras favelas de Londrina em 1950: Pito Aceso, Vila do grilo, Vila Esperança e Nossa Senhora da Paz.

Em 1960, a urbanização estava se alastrando pelo Brasil como um todo. A forte imigração das zonas rurais para a cidade e as populações advindas de outros estados buscava melhores condições de vida, não encontrando se instalavam em fundos de vales, favelas e cortiços.

A COHAB-LD, em 1970, tenta sanar a falta de moradia destas populações que vivem em favela, ou seja, urbanizar e regularizar a situação de moradia, porém ao longo dos anos a COHAB-LD não conseguem atender a demanda e, além disso, colocou critérios de renda como, por exemplo, três salários mínimos, para o acesso à casas, deixando de fora a maioria da população, que se inscrevem e/ou necessitam desses financiamentos.

As escolas do centro e da periferia de Londrina

A urbanização escolar em Londrina se dá de forma a abranger o contingente populacional em cada bairro e o limite territorial, ou seja, no centro⁴ da cidade concentra o menor número de escolas e se espalham em maior quantidade nas periferias. Há diferenças de localização destas instituições.

⁴ Entendemos neste artigo a região central de Londrina o espaço que concentra o comércio e as residências aos entornos e como referência a Avenida Higienópolis. A periferia são os bairros ao entorno localizados nas regiões norte, sul, leste e oeste de Londrina

A cidade de Londrina possui 72 escolas públicas estaduais⁵. Destas 52 são de ensino médio que se localizam em 6 escolas no centro e 46 são de periferia. O mapeamento das escolas estaduais de Londrina nos mostra que é na periferia que se concentra o maior número de escolas devido ao espaço territorial⁶, ou seja, a maioria da população pertencente às classes de baixa renda está na periferia.

O número de alunos em cada escola também se diferencia. No total são 17.392⁷ alunos matriculados no ensino médio regular. No centro são 4.363 alunos e na periferia e distritos⁸ são 13.029 alunos. Atentamo-nos para esse dado para limitarmos nossa pesquisa. Pela diferença de alunos nas escolas faremos uma proporção entre o número de alunos matriculados em cada escola. O colégio da região central a ser analisado foi o Colégio Estadual Marcelino Champagnat, pois fiz estágio durante 2011 nesta escola e isso facilitará nossa análise. Desta forma, pegamos uma amostra dos 17.392 alunos matriculados no ensino médio nas escolas estaduais em Londrina.

Para a análise deste artigo peguei uma amostra dos alunos matriculados de uma escola central e o equivalente em escolas periféricas. O Champagnat tem 887 alunos que equivale a 25% das escolas de centro. Desta forma analisamos 75% das escolas de periferia o que nos leva a 2.666 alunos que equivale a 6 escolas de periferia. As seis escolas são: Colégio Estadual Ana Molina, Colégio Estadual Professora Maria Helena Davatz, Colégio Estadual Professor Thiago Terra, Colégio Estadual São José, Colégio Estadual Professora Ubedulha C. Oliveira.

Elaboramos uma tabela que mostra os índices de distorção entre a idade e a série dos alunos nas escolas analisadas neste artigo. Escolhemos também, para essa tabela uma escola privada, o Colégio Londrinense, para comparação devido a enorme

⁵ Pela limitação do espaço de um artigo para aprofundar as idéias e relatar as diferenças territoriais das escolas de Londrina optamos pela escolha de colégios estaduais para a análise do objeto.

⁶ Para ilustrar a localização das escolas de Londrina colocamos um mapa retirado de um estudo de pesquisa realizado pelo grupo IMAP&P da UEL apresentado no X Encontro de Geógrafos da América Latina em 2005 na USP. Anexos.

⁷ Todos os dados referentes aos números de alunos matriculados e números de escolas em Londrina foram tirados no sítio: <http://www.educacao.pr.gov.br/>.

⁸ Os distritos são zonas rurais que fazem parte da cidade de Londrina.

diferenciação das taxas de distorção entre os colégios. Posteriormente iremos relacionar essas taxas com os índices de analfabetismo em Londrina.

Taxa de Distorção Idade-Série – Ensino Médio (2010)

			1º	2º	3º	TOTAL
ANA MOLINA G C E E FU	Urbana	Estadual	43,5	48,5	37	43,4
M CHAMPAGNAT C E E F	Urbana	Estadual	29,2	21,8	11,8	21,3
SAO JOSE C E E FUND M	Urbana	Estadual	43,9	41,2	49,1	45
UBEDULHA C OLIVEIRA C	Urbana	Estadual	34,6	39,2	40,5	37,4
THIAGO TERRA C E E FU	Urbana	Estadual	43,2	52,9	57,1	49,2
MARIA H DAVATZ C E PR	Rural	Estadual	40,7	27,5	32,8	35
COL LONDRINENSE	Urbana	Privada	4,2	2,1	1,1	2,6

Fonte: INEP – Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Esses dados nos dão um pequeno parâmetro das disparidades entre os alunos que estudam em diferentes regiões. Podemos perceber, também, que há diferenças de alfabetização entre os alunos de escolas que ocupam espaços distintos nesta amostra:

São 34.725 analfabetos, segundo o Censo 2000, em Londrina. Em 50% dos setores censitários, os centrais e os dispostos ao longo de um eixo central noroeste-sudeste, o índice de analfabetismo é inferior a 7,4%. Os setores onde essa questão é mais grave encontram-se nas periferias norte e sul, atingindo entre 10 e 29% da população. Desse modo, o nível de alfabetização do centro é elevado; mais de 95%, enquanto o da periferia é nitidamente inferior, entre 70 e 90%. Esses índices podem ser considerados bons se comparados com outras cidades e regiões do país, mas, não deixam de ser surpreendentes para uma das cidades consideradas como das mais desenvolvidas do Sul do Brasil; e com um bom nível de escolarização. (Atlas Urbano-Ambiental de Londrina-PR-Brasil, 2005, p. 13).

Diante destes dados da taxa de distorção idade-série da tabela 1 e fazendo uma relação com os dados sobre analfabetismo em Londrina, observa-se que os problemas de acesso e permanência na escola concentram-se exatamente nos espaços urbanos onde concentram os sujeitos/famílias de baixa renda. Parece que esses dados evidenciam o que já estava claro a tendência da marginalização da classe trabalhadora. Devemos buscar entender como acontece esse processo e quais as conseqüências disso, através do ensino de sociologia.

O espaço escolar e o pensamento sociológico do espaço – algumas reflexões

Ao longo do artigo tentamos mostrar como estão distribuídos os colégios estaduais de Londrina e, além disso, indicamos contradições que se apresentam nas escolas, assim, o espaço seria um determinante das desigualdades das escolas estaduais de Londrina. Dessa forma nos questionamos o que se aprende depende do lugar? Ou melhor, a formação do indivíduo como um todo em suas dimensões política e social depende do lugar que ocupa? Não podemos compreender essa pergunta de forma mecânica, mas sim de forma processual. Cada escola tem seu histórico e se criou a partir de relações sociais estabelecidas.

O espaço escolar não está desvinculado da sociedade da qual faz parte. Devido ao nosso referencial teórico entendemos que vivemos sob contradições inerentes a sociedade capitalista e tudo que se relaciona a esta e sua reprodução também apresenta contradições. Existem inúmeros trabalhos que indicam as contradições dentro da escola como, por exemplo: hierarquia de disciplinas, separação dos alunos em sala diferenciada por indisciplina, ensino voltado para o mercado de trabalho, etc.

É associando os dois modelos que se compreende melhor como as relações da escola e da sociedade se transformam. De um lado, a escola de massas não é a escola da igualdade; de outro, a massificação que aumenta a prevalência dos diplomas no ingresso ao emprego. Assim, a exclusão escolar, considera sob o ângulo de um fracasso escolar importante, provoca *ipso facto* uma relativa exclusão social. (DUBET, 2003, p. 34).

No final das contas, os alunos mais favorecidos socialmente, que dispõem de maiores recursos para o sucesso, são também privilegiados por um conjunto de mecanismos sutis, próprio do funcionamento da escola, que beneficia os mais beneficiados. Essas estratégias escolares aprofundam as desigualdades e acentuam a exclusão escolar na medida em que mobilizam, junto aos pais, algo que não é só o capital cultural, este entendido como um conjunto de disposições e de capacidades, especialmente lingüísticas. (DUBET, 2003, p. 36).

Porém, não há uma ampla discussão teórica na sociologia sobre o espaço e a escola, o que temos são teorias em separado e o nosso esforço foi o de tentar relacioná-las.

Ocupar! A sociologia nos livros didáticos e o pensamento sociológico sobre o espaço na escola

A institucionalização da Sociologia enquanto ciência dependeu das condições sociais, econômicas e política de cada época como indica Silva (2004). E dessa forma ocupou seu espaço na educação básica e caminha para a sua consolidação definitiva.

Um dos elementos que preocupa bastante professores que ministram a disciplina nos colégios é com relação aos conteúdos. O que ensinar em sala de aula, quais os conteúdos básicos de sociologia. A pergunta que eu faço é se o conteúdo selecionado contempla a problematização do espaço socialmente modificado pelo homem, ou seja, leva aos alunos noções básicas que os fazem refletir sobre o lugar em que ocupa e as contradições de cada espaço?

Para nos ajudar analisamos dois dos principais livros didáticos usados em sala de aula pelos professores de Sociologia: livro didático público do Paraná e Sociologia para o Ensino Médio de Nelson Dacio Tomazi.

O livro didático público divide os conteúdos conforme as diretrizes curriculares do Paraná. No geral é um livro que contempla os conteúdos básicos indicados pelas diretrizes. O livro traz: seis tópicos de conteúdos estruturantes e seus conteúdos específicos: o surgimento da sociologia e teorias sociológicas; instituições sociais;

cultura e indústria cultural; trabalho, produção e classes sociais; poder, política e ideologia; direito, cidadania e movimentos sociais.

O livro de Nelson Tomazi aqui analisado: *Sociologia para o Ensino Médio* é um livro mais recente de 2007 é mais acessível, pois trabalha com temáticas relacionando com os clássicos da Sociologia, diferente do livro didático público. Aquele livro possui manual do professor com orientações para cada unidade do livro com bibliografias e explicações específicas. E também, para cada unidade há uma seção com indicações de filmes e livros para os alunos.

Podemos observar que não há especificamente um capítulo ou subcapítulo sobre a questão do território. Mesmo os livros seguindo as orientações das Diretrizes o professor de sociologia não deve fazer do livro didático um fim em si mesmo dos conteúdos de sociologia. Nossa disciplina tem um vasto campo teórico e o que nos cabe é saber qual o melhor momento de trabalhar temas que não constam nas diretrizes nacionais.

A sociologia tem como papel fazer com que os alunos reflitam sobre a realidade deles, não de forma empírica, mas se apoiando teoricamente de certas questões descobrindo as dimensões de cada tema. Ou seja, problematizar o espaço enquanto objeto de estudo. Para finalizar faremos uma breve abordagem teórica sobre o tema.

A urbanização em Londrina

O conceito de cidade e território

Antes de compreendermos o processo de urbanização da cidade de Londrina faz-se necessário a definição de cidade e de território da qual utilizamos para entender o que é a cidade e de qual território estamos discutindo.

Para um habitante de uma cidade contemporânea seria fácil definir a cidade devido ao seu fluxo intenso de pessoas e carros e a multiplicação a cada dia de prédios,

ou seja, a cidade seria um emaranhado de concreto e a concentração de pessoas. Mas a cidade nem sempre foi assim.

Segundo Raquel Rolnik (1995), a cidade nasce da necessidade de fixar-se em um local para o plantio de alimentos e conseqüentemente o hábito da sedentarização, mas, além disso, era também local de cerimonial e proteção a inimigos externos. A cidade, portanto, pressupõe uma organização social e uma gestão da produção coletiva, ou seja, para manter certo tipo de relação material a política é um elemento essencial para definir a cidade.

Voltemos a transformação das cidades medievais que se estabeleceram a partir da relação entre senhores e servos ocupando terras de forma desordenada e com forte relação com a natureza. A vila medieval era um feudo sobre o domínio do nobre e neste local trabalhavam os servos para a manutenção do feudo e seu sustento. Conforme foi se produzindo um excedente e o nobre arrendando suas terras, os servos cada vez mais se viram forçados a migrarem para os burgos locais onde se desenvolvia o comércio com o excedente gerado no feudo.

As corporações de ofício nessa época estabeleceram uma nova relação de trabalho com os mestres artesãos que possuíam uma pequena produção em seu local de moradia que também era local de trabalho. O lucro gerado pelo mercado intensificou ainda mais essas transformações sociais, políticas e territoriais. Foi preciso ocupar novas terras para expandir os mercados e centralizar cada vez mais o poder político. De cidade medieval que não sustentavam mais essas novas relações passamos a cidade do capital e de um poder monárquico para um poder de Estado.

Ainda no mesmo raciocínio o que há de comum a todas as cidades desde a época da antiguidade, do medieval e da capitalista é a concentração de pessoas num mesmo espaço. A cidade, segundo a autora é como um “ímã” que atrai pessoas mesmo antes de ser local de moradia e de trabalho. E também, se utiliza da política para geri-la. São esses os elementos que definem a cidade. O conceito de cidade não se dá somente pela ocupação do território ou delimitação territorial em si, mas pelas transformações desse território através das relações sociais estabelecidas. Ou melhor, há luta cotidiana pela apropriação do espaço que redefine sua dimensão conceitual.

Outro elemento também comum é a troca de materiais ou mercadorias entre as pessoas. O excedente gerado pela agricultura possibilitou a troca de mercadorias entre as pessoas estabelecendo uma relação mercantil que se desenvolveria, mas especificamente, nos burgos que nos traria as cidades do capital contemporâneas.

É a partir de um certo momento da história que as cidades passam a se organizar em função do mercado, gerando um tipo de estrutura urbana que não só opera uma reorganização do seu espaço interno, mas também redefine todo o espaço circundante, atraindo para a cidade grandes populações. (ROLNIK, 1995, p. 30).

A cidade é senão fruto das relações estabelecidas em determinadas épocas, mesmo em sua dimensão populacional, histórica e política como elementos em comum. A cidade da qual nós habitamos é a “cidade do capital”. O seu diferencial é a troca de mercadorias e disso definimos o modo como ocupamos o espaço. O capitalismo se engendrou a partir de contradições social, ideológica e política e somente um olhar dialético sobre a cidade nos mostrará a sua natureza.

Portanto, entendemos a cidade a partir do modo de produção, a cidade do capital transformou a terra em mercadoria e o espaço foi dividido funcionalmente a partir das classes e racialmente, ou seja, a segregação urbana em nossos tempos se intensifica ainda mais. Então, nos perguntamos como se organiza essa nova cidade dividida em classes e que estabeleceu um poder político-administrativo para gerenciar a cidade, o Estado. (ROLNIK, 1995).

A segregação urbana e racial

Uma das características dessa nova cidade é a segregação urbana, ou seja, territórios diferenciados, por exemplo, bairros nobres, periferia e centro comercial. Ocorreu a separação de classes sociais e delimitação funcional do espaço. Ocupação da terra de forma racional, organizada e estruturada com fronteiras imaginárias que definem cada lugar, como entre uma favela e um bairro de classe média alta. Podem ser com fronteiras visíveis como ocorreu nos EUA na década de 50/60, a segregação racial

que delimitou espaços específicos a cada grupo racial entre branco e negro. Uma escola com muros altos que concentra suas crianças. Os longos caminhos percorridos pelos trabalhadores todos os dias para chegar aos locais de trabalho. Assim, devemos entender a segregação e a desigualdade urbana em suas dimensões de classe e raça.

Maria Nilza Silva analisando a cidade de São Paulo chega a conclusão que essa divisão espacial da cidade, no âmbito da raça, é considerada como natural pela sociedade devido a idéia de democracia racial. Porém os espaços destinados aos negros não são os mesmo que dos brancos. Um exemplo são as favelas e os condomínios fechados. Assim, Silva (2006) considera a cor um fator determinante para a ocupação do espaço na cidade e para a vida social, pois quanto mais escura a cor da pele mais dificuldade essa pessoa terá na vida em sociedade e os piores espaços serão destinados a ela.

A discriminação e o racismo impedem que os negros tenham acesso às oportunidades em igualdade com outros grupos sociais. A justificativa é que o negro não tem potencial e não é disciplinado, sendo bom apenas para o samba e o futebol. Essas são as representações sociais que acompanham a população negra e que justificam as desigualdades sociais existentes no cotidiano da sociedade brasileira e paulistana. (SILVA, 2006, p. 79).

A presença do Estado na cidade do capital também se diferencia de outras cidades em outras épocas. É um poder que regula a dimensão do que seria público, pois o privado se restringiria ao lar, a casa e a família. O Estado surge em paralelo com a dominação da classe burguesa, este seria um instrumento que favoreceria a reprodução e a acumulação do capital. O espaço urbano se tornou fonte de investimento dessa classe dominante e o Estado deveria garantir esse processo.

Uma das ações do Estado seria o planejamento urbano: “cidade planejada é uma cidade sem males”. (ROLNIK, 1995). Avenidas, ruas retas, casas alinhadas, valorização de espaços públicos. A intervenção do Estado, também, regula as tensões sociais que

surtem devido à falta de planejamento em determinadas áreas onde determinados grupos sociais habitam.

Não podemos falar de ausência do Estado em áreas periféricas, pois o Estado se mostra no sentido de não atender a demandas de imediato, mas ao se agravar os conflitos e reivindicação o Estado comparece e realiza algo para “camuflar” o seu papel de instrumento político da classe dominante. A presença do Estado é de forma a amenizar os conflitos gerados pelas condições que a classe trabalhadora se encontra.

Conclusões

Esta foi uma breve reflexão sobre a relação entre o espaço escolar e o ensino de sociologia. Em um momento posterior o aprofundamento desta relação nos mostraria inúmeros determinantes e contradições. Porém, as desigualdades apresentadas nas escolas nos saltam aos olhos e por isso a necessidade desta reflexão.

As primeiras observações de todo esse processo de diferenciação do espaço em Londrina e da inclusão do ensino de Sociologia na Educação Básica, ou seja, os conteúdos trabalhados nos livros didáticos, e a prática desse ensino nos colégios estaduais nos mostram a dificuldade de se manter uma coerência desses elementos. O rearranjo social, político e econômico modifica os documentos oficiais, ou seja, a cada governo que entra devemos nos atentar para onde caminha a Sociologia e conseqüentemente quem está a margem da cidade sofrerá as maiores desigualdades.

Os dados são somente um indicativo das possíveis desigualdades existentes entre colégios centrais e colégios de periferia, uma pesquisa qualitativa em cada colégio nos mostraria os diferentes mundos da qual se inserem nossos alunos e as discriminações sofridas ao longo de suas vidas devido a má formação escolar. O reflexo disso não recai somente para os alunos, os professores também fazem parte dessa realidade.

A sociedade da qual está inserida a escola possui contradições que se refletem no ambiente escolar, não é por acaso que há desigualdades entre escolas de uma mesma cidade que deveria receber políticas públicas iguais, porém o que vemos é uma

discriminação dos lugares que ficam a margem da cidade e das pessoas que nelas habitam, ou seja, a maioria negra e pobre.

Referências

- ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina - 1930 / 1960*. Dissertação de mestrado. Assis: Unesp, 1991.
- ARIAS, José Miguel Neto. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930-1975*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DUBET, François. *A escola e a exclusão*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- INEP. *Taxas de distorção idade-série*. In: *Indicadores educacionais*. Acessado em 02/11/2011. <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>
- MARTINS, José de Souza. *Espaço & Debate – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano XXII, nº 42 (“Periferia revisitada”), Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, 2001, p. 75-84.
- MARTINS, Victor Hugo Teixeira. *Habitação, Infra-Estrutura e Serviços Públicos: Conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina-PR*. Dissertação de mestrado. Londrina: UEL, 2007.
- ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. *A Sociologia no Ensino Médio: Perfil dos Professores, dos Conteúdos e das Metodologias no Primeiro Ano de Reimplantação nas Escolas de Londrina – PR e Região – 1999*. In: CARVALHO, Lejeune Mato grosso Xavier de.

(org.). *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2004.

SILVA, Maria Nilza. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília: Fundação Palmares, 2006.

SOCIOLOGIA/vários autores. *Livro Didático Público*. Curitiba: SEED-PR, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes; PERALVA, Angelina Teixeira. *Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet*. São Paulo, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo: Atual, 2007.

DISPARIDADES

